

---

---

# terra roxa

## e outras terras

Revista de Estudos Literários

---

---

### AS HISTÓRIAS LITERÁRIAS DO CÔNEGO FERNANDES PINHEIRO E O CÂNONE LITERÁRIO BRASILEIRO

Carlos Augusto de Melo  
(IEL/Unicamp/Fapesp)

RESUMO: Este trabalho traz a proposta de refletir a constituição do cânone literário brasileiro, a partir da hipótese de que as histórias literárias sejam um dos instrumentos mais importantes de canonização dos nomes num sistema literário. No Brasil, a formação de nosso quadro canônico literário revela-se, em grande parte, nas pioneiras narrativas históricas românticas – como, por exemplo, as do Cônego Fernandes Pinheiro-, uma vez que só através delas que se primeiro preocupa em legitimar uma tradição literária nacional que, de algum modo, inspiraria as nossas manifestações historiográficas posteriores.

PALAVRAS-CHAVE: Histórias Literárias; Cânone Nacional; Cônego Fernandes Pinheiro;

Uma hipótese. Se realizássemos uma pesquisa modesta, no Brasil, solicitando a um público-leitor não-especializado ou, até mesmo, especializado nas letras que relacionasse numa lista nomes de escritores conhecidos da nossa literatura brasileira até a fase romântica<sup>1</sup>, possivelmente, uma grande maioria citaria, sem receios, os nomes, por exemplo, de Gregório de Matos, Tomas Antônio Gonzaga, Cláudio Manoel da Costa, Basílio da Gama, Santa Rita Durão, Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães, Álvares de Azevedo, Fagundes Varela, Casimiro de Abreu, Castro Alves, José de Alencar, Joaquim Manoel de Macedo. O mesmo aconteceria se essa mesma pesquisa se aplicasse a nomes de obras literárias: seriam os livros mais representativos desses mesmos escritores.

O fato de esses nomes, tanto de escritores como de obras, encontrarem-se no imaginário do grande público-leitor denuncia que, sem dúvida nenhuma, eles alcançaram uma posição privilegiada na história da literatura brasileira. Eles formam o nosso cânone literário. Como conseguiram tal mérito? A primeira hipótese seria a qualidade estética superior da *forma* de seus textos literários que possibilitou a sua acolhida e permanência no tempo. Na

---

<sup>1</sup> Delimitei o período até o Romantismo brasileiro para que a enumeração não se tornasse extensa e cansativa.

fixação dos nomes canônicos de nossa literatura, a questão da qualidade estética poderia ser um dos pontos relevantes para pensarmos o processo de consagração de uns escritores e suas respectivas obras e, por conseguinte, a marginalização de outros. Essa conjectura se aproxima da tese de Franco Moretti que, ao refletir sobre a formação do cânone literário, em “The slaughterhouse of literature”<sup>2</sup>, destaca a importância da *forma* para a eficácia desse processo. Aqui, vale a pena expor em linhas gerais o que sugere Moretti.

Primeiro de tudo, Moretti verifica que são os leitores um dos principais participantes na construção do elenco canônico da literatura, no momento em que eles se interessando por uma determinada obra passam a lê-la e, mantendo-a “viva” a partir da leitura, transmitem-na a outros leitores. Tal transmissão realizando-se sucessivamente de geração a geração faz com que a obra “elegida” participe de um “sistema literário” do qual obtém como resposta sua legitimação. Há também como co-participante o mercado livresco que reproduzirá apenas aqueles livros mais procurados pelos leitores, de acordo com a estatística de compra: “A space outside the school, where the canon is selected: the market. Readers read A and so keep it alive; better, they *buy* A, inducing its publishers to keep it in print until another generation shows up, and so on” (Moretti 2000: 209-210)

Por outro lado, Franco Moretti demonstra que alavanca para o desencadeamento deste processo - da seleção dos livros à reprodução destes pelo mercado - seria a *forma literária*, ou melhor, a *qualidade* dessa *forma*. Se os leitores são tidos como os “selecionadores” das obras que pertencerão ao rol da elite literária, julga-se então que há um critério fundamental envolvido por trás dessa “escolha” que os próprios leitores não estão cientes. O seu interesse pela literatura advém da questão do “gosto particular” e o que, então, determinará que um texto conquiste esse “gosto” do público será o modo como o escritor o constrói formalmente, utilizando-se, para tanto, dos vários recursos estético-literários. Moretti ilustra essa idéia remetendo-se ao gênero policial da literatura de língua inglesa, por exemplo, cujo trabalho de colocação das *clues* influenciou diretamente na aceitação das obras. Resumidamente, para o crítico Moretti, a forma, o leitor e o mercado são os elementos-chave que estabelecem o cânone literário.

Não descartando a hipótese de Moretti, de todo modo, seria complicado demais considerarmos apenas essa premissa como verdadeira para analisar a formação do cânone nacional, já que muitos outros escritores, na história da literatura brasileira, escreveram obras com trabalho formal de grande *valor* e, curiosamente, acabaram sendo marginalizados por décadas, e, só agora, passam a ser reconsiderados, o que havia acontecido com o nosso escritor romântico Souzaândrade. Há, de fato, outros fatores envolvidos nesse processo de canonização que proporciona o massacre de determinadas literaturas. Uma das alternativas talvez seja a presença determinante das histórias literárias.

#### AS HISTÓRIAS LITERÁRIAS: O CASO BRASILEIRO

Geralmente, as histórias literárias aparecem como um mecanismo narrativo histórico de sistematização do conjunto da produção literária do passado, em que se adota uma perspectiva evolutiva da literatura, em uma linhagem temporal, organizando autores e obras por suas características em comum de um referente intra ou extra-literário. Todo esse mecanismo fundamenta-se em um *recorte* do fenômeno literário (e os critérios de seleção podem variar de narrativa para narrativa), por meio do qual, inevitavelmente, alguns serão deslocados do seu meio e, “gloriosamente”, serão levados ao patamar superior 2 In: *Modern Language Quarterly*, spring 2000.

dos legitimados ou, pelo contrário, caminharão em direção ao “matadouro” da literatura. Esse *recorte* consegue permanecer por gerações, tendo em vista que participa de um veículo institucional próprio para o direcionamento da leitura de futuros leitores. Esse fato acontece pelo vínculo educacional dessas narrativas históricas que, na maioria das vezes, funcionam como manuais de ensino de literatura para a formação da mentalidade cultural e literária dos estudantes em geral.

Nessa perspectiva, tal consideração traz uma provocação à proposta de Moretti sobre o papel decisivo da *forma* na constituição do cânone, considerando-se que, atualmente, verifica-se que a grande parte dos leitores só tem acesso aos nomes de nossa literatura, pela primeira vez, por intermédio das indicações de leituras das histórias literárias das instituições de ensino. Frequentemente, a escolha de leitura fica condicionada aqueles nomes já preestabelecidos pelas mesmas. É possível pensarmos na participação da forma literária apenas quando analisamos o princípio da formulação das primeiras histórias literárias brasileiras que se basearam também em critérios formalistas na seleção dos representantes nacionais de nossa literatura, porém muito distante da relação direta entre o gosto do público-leitor e a forma literária que o crítico Franco Moretti formulou.

Ambicionados pela edificação de uma história da literatura nacional, os primeiros historiadores brasileiros consideravam a questão formal como um dos meios primordiais para a escolha daqueles que viriam a representar a pátria. Os escritores que obtivessem êxito no trabalho com as estratégias formais do texto, utilizando-se de recursos da escola romântica como, por exemplo, os versos livres para cantar *as coisas pátrias*, demonstrando, assim, serem totalmente desvinculados do modelo português, seriam vistos com outros olhos. Acima de qualquer coisa, estaria o culto temático nacionalista necessário à emancipação literária do país, efetivado por meio dos aspectos formais. Toda a produção dos nossos estudiosos românticos baseava-se, segundo a observação relevante de João Alexandre Barbosa, “no princípio básico da exaltação nacionalista das expressões brasileiras com relação às fontes européias. Os critérios eram, portanto, a diferenciação e a afirmação de autonomia” (2003: 28) Basta verificarmos a atenção especial dada a alguns dos escritores árcades como, por exemplo, Gonzaga, Silva Alvarenga que, mesmo ainda não sendo representantes de uma literatura propriamente brasileira por estarem apoiados na tradição colonial, tornam-se os mais significativos na tradição literária por já possuírem uma “physionomia propria que caracterisava os poetas americanos, e que os extremava de seus irmãos de além-mar”. (Pinheiro 1883: 567)

No Brasil, a participação das histórias literárias, como profundas formadoras do cânone, possui suas raízes no século XIX, quando surgiram as primeiras manifestações dessa vertente do historicismo literário. Por conta da independência política, despertou nos brasileiros um sentimento de patriotismo, alimentado pelo desejo incondicional de constituir uma nação brasileira. Tal ânsia levou-lhes à valorização das coisas nacionais, como repúdio a tudo aquilo que fosse considerado da Metrópole. Queriam ser independentes e nada como se revoltarem contra os colonizadores para demarcarem, assim, o seu espaço. No âmbito da literatura, sob influência do espírito romântico, essa tomada de consciência nacional demonstrou-se através da preocupação em construir um patrimônio literário propriamente brasileiro que viria estabelecer os alicerces para o fortalecimento da literatura vindoura.

Na verdade, as primeiras iniciativas de olhar para a produção literária brasileira provieram dos trabalhos de intelectuais europeus, como Friedrich Bouterwek, com a sua *História da poesia e da eloquência* (1801-1819), na qual se dedica um volume especial à literatura portuguesa (e brasileira) e Sismonde de Sismondi, que publica *De la littérature du midi de l'Europe*, em 1813, em que também se examina a produção portuguesa e brasileira. Além deles, juntam-se Ferdinand Denis e Almeida Garrett, “cujas obras, respectivamente, *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal* e *Parnaso lusitano* ou *poesias seletas dos autores portugueses antigos e modernos*, ambas de 1826, marcaram a geração romântica, vindo a desempenhar um papel singular na configuração da literatura do Brasil” (Moreira 1989).

Inspirados pela abordagem desses europeus, mais especificamente a de Ferdinand Denis e Almeida Garrett, os brasileiros se convencem da necessidade urgente em estabelecer o patrimônio cultural brasileiro, cujo trabalho será concretizado com a publicação dos bosquejos, dos parnasos, das galerias e, por fim, das histórias literárias, nos quais todo *corpus* literário será divulgado, espelhando-se diretamente no projeto nacional do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, inaugurado, em 1838, no Rio de Janeiro, que recebeu o apoio de D. Pedro II. Segundo Manoel Luís Salgado Guimarães:

Assim, é no bojo do processo de consolidação do Estado Nacional que se viabiliza um projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada. A criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) vem apontar em direção à materialização deste empreendimento, que mantém profundas, relações com a proposta ideológica em curso. Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a “Nação brasileira”, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das “Nações”, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX. (1988: 2)

Esse processo de reconstituição histórica do passado literário brasileiro sucedeu-se em etapas, como podemos verificar nas palavras de Antonio Candido:

Primeiro, o panorama geral, o “bosquejo”, para traçar rapidamente o passado literário; ao lado dele, a antologia dos poucos textos disponíveis, o “florilégio”, ou “parnaso”. Em seguida, a concentração em cada autor, antes referido rapidamente no panorama: são as biografias literárias, reunidas em “galerias”, em “pantheons”; ao lado disso, um incremento de interesse pelos textos, que se desejam mais completos; são as edições, reedições, acompanhadas geralmente de notas explicativas e informação biográfica. Depois, a tentativa de elaborar a história, o livro documentário, construído sobre os elementos citados. (Candido 1975: 349)

A evolução do trabalho de compilação do *corpus* literário brasileiro fecunda-se com a publicação das primeiras manifestações de história literária, cuja sistematização do patrimônio literário brasileiro evidentemente nos permitirá visualizar a existência do conjunto possível de nossa literatura, oferecendo-nos a possibilidade de proclamar a autonomia cultural.

Esse esforço conjunto de uma geração de estudiosos de tentar instituir uma tradição literária, mas muitas vezes forjada, que figurasse como símbolo identitário da jovem nação,

só pode ser interpretado como uma *invenção da tradição*. Tal acepção refere-se ao que Eric Hobsbawn conceituou como

um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (1984: 9)

No que se diz respeito à produção de coletâneas, o primeiro trabalho brasileiro significativo foi o *Parnaso Brasileiro*, de Januário da Cunha Barbosa, entre 1829 e 1831, obra espelhada na publicação de Almeida Garrett, o *Parnaso Lusitano*, de 1826. Daí por diante, a etapa antológica adquire força, principalmente com o *Parnaso*, de Pereira da Silva, e o *Florilégio*, de Varnhagen.

Vale lembrar que, nessa fase de *parnasos*, como poderíamos denominá-la, os intelectuais não ficaram apenas tentando compilar textos e escrever biografias, mas também se incumbiram da tarefa de traçar uma teoria da história da literatura do Brasil que teria como precursor o poeta Gonçalves de Magalhães quando publica o seu “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil”, na *Niterói*, em 1836; também foi publicado posteriormente na edição dos *Opúsculos históricos e literários* (Rio de Janeiro: Garnier, 1865, tomo VIII, p. 239-71) sob o título de “Discurso sobre a história da literatura do Brasil”. Recentemente, as pesquisadoras Regina Zilberman e Maria Eunice Moreira publicaram-no com a grafia atualizada nos *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*. V. 5, n. 2, Porto Alegre-RS: EDIPUCRS, agosto/1999.

Outro projeto historiográfico brasileiro interessante foi o “Bosquejo da história da poesia brasileira”, de Joaquim Norberto de Sousa e Silva, divulgado na coletânea de poesias, *Modelações Poéticas*, de 1841. Além desse, mais adiante, o historiador Joaquim Norberto também planejou elaborar uma história literária, projeto frustrado por não ter conseguido finalizá-lo, sendo apenas publicados alguns capítulos esparsos nas páginas da *Revista Popular* (1859-1862).

Depois do trabalho intenso desses historiadores, surgiu a necessidade evidente de escrever as histórias literárias propriamente ditas que, como afirma João Alexandre Barbosa, conseguiriam ser

mais coerentes e consistentes na representação da atividade literária no Brasil, como, por exemplo, os textos resultantes dos cursos de Fernandes Pinheiro, *Curso de Literatura Nacional*, ou de Sotero dos Reis, *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira*, ou mesmo, *O Brasil Literário*, de Ferdinand Wolf, todos dos anos 60 do século passado. (2003: 25-26)

Na verdade, o título original da obra do Cônego Fernandes Pinheiro é *Curso elementar de literatura nacional*. Ele só foi alterado para *Curso de literatura nacional* a partir de sua terceira edição de 1978 pela editora INL/Cátedra.

## AS HISTÓRIAS LITERÁRIAS DO CÔNEGO FERNANDES PINHEIRO

De fato, apenas em 1862, surge no país uma narrativa histórico-literária, o *Curso elementar de literatura nacional*, do Cônego Fernandes Pinheiro, na qual pela primeira vez se adota uma perspectiva de conjunto da literatura brasileira, utilizando-se do material organizado pelo trabalho coletivo nacional que o autor também participou. O Cônego Fernandes Pinheiro foi um dos nossos intelectuais mais conhecidos na vida cultural do Brasil do século XIX. Sua biografia revela uma surpreendente dedicação às letras brasileiras que, aqui, merece um breve resumo.

Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro nasceu em 17 de janeiro de 1825 no Rio de Janeiro, sendo filho do Major Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e D. Maria Filadélfia de Bustamante Fernandes Pinheiro. Iniciou seus estudos no Seminário Episcopal de São José, onde conseguiu ordenar-se presbítero por volta de 1848. Daí em diante, exerce várias funções no ramo eclesiástico: secretário particular do Conde de Araújo entre os anos de 1849 e 1852; professor de Teologia e Retórica, Poética e História Universal do mesmo seminário em que se ordenou; examinador sinodal; cônego da Imperial Capela. Em 1854, depois de sua viagem de dois anos pela Europa, quando se doutorou em Teologia pela Universidade de Roma, o Cônego Fernandes Pinheiro aceita a função de vice-diretor, capelão e professor do Instituto dos Meninos Cegos. Neste mesmo período, foi-lhe oferecido a comenda da Ordem de Cristo como decreto imperial. Embora um cristão muito devoto, viu-se renunciando a efetividade do canonicato e o cargo do Instituto dos Meninos Cegos em virtude do interesse em ocupar a cátedra de Retórica e Poética do Colégio Pedro II no ano de 1857.

Além de educador e religioso, o Cônego exerceu o papel de historiador, crítico, ensaísta, geógrafo, poeta, jornalista e gramático. Em 1854, associou-se ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e, depois de freqüentes eleições, foi admitido como primeiro secretário, cargo que levou até 15 de janeiro de 1876, data de seu falecimento. Também pertenceu ao quadro de associados do Conservatório Dramático, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, da Sociedade Amante da Instrução do Rio de Janeiro, do Instituto Histórico da França, da Sociedade Geográfica de Paris, da Sociedade Geográfica de Nova Iorque, da Academia de Ciências de Lisboa, da Academia de Ciências de Madri e etc. Como não bastasse pertencer a esse número significativo de Associações, dedicou-se à direção da revista *Guanabara*, desde o período mais frágil de vida dela até a sua extinção, que aconteceu entre os anos de 1854 e 1856; também colaborou assiduamente para alguns dos periódicos mais importantes da época, como foi a *Revista Popular* (1859-1862) do editor parisiense B. L. Garnier (Melo 2006).

Pela biografia do eclesiástico, pode-se ter uma idéia de como se resume sua bibliografia: muitos livros, artigos em periódicos e, até mesmo, vários comentários introdutórios, de teor avaliativo, em obras recém-publicadas e a organização e edições anotadas. Na sua lista de livros, constam aproximadamente vinte títulos, dentre eles estão os *Carmes Religiosos* (1850), as *Melodias Campestres* (1851), os *Episódios da história pátria* (1859), o *Curso elementar de literatura nacional* (1862), o *Meandro poético* (1864), a *História do Brasil* (1870), as *Postilas de retórica e poética* (1871), o *Resumo de história literária* (1873), os *Estudos históricos* (1876).

Durante a sua atividade didática no Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, escreveu um manual de literatura, direcionado aos seus alunos do sétimo ano da disciplina “Literatura Nacional”. Como vimos, tal compêndio recebeu o título de *Curso elementar de literatura nacional*, cujo alcance foi além-fronteiras escolares por se tratar de uma obra inaugural da historiografia literária nacional. Ele adquire, no contexto brasileiro, um dos primeiros exemplos de história literária, do qual, por meio do seu recorte histórico-literário, extraem-se elementos de formação do cânone literário.

O *Curso elementar de literatura nacional* foi dividido em quarenta e três lições. Nas duas primeiras lições, como uma pequena introdução, o autor se incumbiu de fazer um breve histórico sobre as origens da língua portuguesa e de trabalhar o conceito e a divisão da literatura. Na segunda lição, especificamente, encontra-se a explanação do tipo de periodização que seria adotado, cuja divisão obedece totalmente aos períodos da política-literária de Portugal, inspirada pela formulação do *Bosquejo histórico da literatura clássica, grega, latina e portuguesa*, de Borges de Figueiredo. Neles, apresentam-se cinco fases/épocas: *infância* (1140-1279), *adolescência* (1279-1495), *virilidade* (1495-1580), *velhice* (1580-1750) e *renascimento* (1750-1826). A única diferenciação da sistematização entre ambos é o acréscimo, no livro do cônego, de uma sexta época – a *reforma* –, que se inicia em 1826, com o aparecimento da escola Romântica em Portugal e no Brasil, e vai até a atualidade do autor.

Só a partir da terceira lição é que o Cônego Fernandes Pinheiro inicia a sistematização do *corpus* literário propriamente dito, adotando a divisão da literatura referida acima. É interessante notar que, da terceira época à quinta, ele visualiza a produção literária portuguesa e também brasileira a partir da perspectiva dos gêneros literários. Os escritores e obras são analisados conforme a sua representatividade em cada gênero, os quais se resumem em gênero lírico, didático, épico e dramático; romance; diálogos; oratória; epistolografia, biografia, historiografia e viagens.

O primeiro brasileiro a ser estudado pelo Cônego foi o poeta Manoel Botelho de Oliveira que aparece na quarta época como representante do gênero lírico, mas especificamente da espécie lírica. Nessa mesma fase, encontra-se a figura de Gregório de Mattos, tido como escritor da espécie satírica. Depois, na quinta época, o quadro dos nomes, os quais comporão o cânone literário brasileiro, tem um acréscimo significativo quando são estudados os nomes de Sebastião da Rocha Pitta, Antônio Pereira de Souza Caldas, Tomás Antônio Gonzaga, Manoel Ignácio da Silva Alvarenga, José Basílio da Gama e Santa Rita Durão.

Como o Cônego enquadra a literatura brasileira a um apêndice da literatura lusitana antes da sexta época, os nomes canônicos compartilham espaço com os de Portugal. Depois, na próxima época, o eclesiástico reconhece a independência literária brasileira por conta da publicação dos *Suspiros poéticos e saudades*, de Gonçalves de Magalhães, que marcará o início da expressão de *originalidade* de nossos compatriotas, não alcançada na fase colonial.

Na última lição, em que se aborda a Escola Romântica Brasileira, prefiguraram definitivamente os nomes dos românticos que percorrerão a maioria das histórias literárias brasileiras, como Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, Joaquim Manoel de Macedo, Álvares de Azevedo, Junqueira Freire, Varnhagen, etc.

Como todas as narrativas históricas da época, a análise da evolução da literatura nacional do Cônego Fernandes Pinheiro apoia-se explicitamente no critério da *diferenciação e afirmação* de autonomia, de acordo com conceito de João Alexandre Barbosa já referido neste texto. Mesmo analisando a produção brasileira do período colonial conjuntamente com a portuguesa, depreende-se do discurso desse historiador, por diversas vezes, um esforço em salientar que a literatura brasileira caminhava em rumo a sua emancipação, alcançada alguns anos depois da independência política do país. A escolha em colocar escritores lusitanos e brasileiros, lado a lado, oferece muitas vezes a sensação de uma estratégia comparativa para destacar o processo de desligamento literário dos últimos em relação aos primeiros.

Ao trabalhar as poesias de Manuel Botelho de Oliveira, o Cônego declara que

Oferecendo alguns fragmentos dessa excelente produção de Botelho de Oliveira, desejamos mostrar que, apesar dos embaraços com que luctava, tendia a poesia brasileira a tomar uma physionomia própria, aspirava um cunho de originalidade que ainda não pôde totalmente alcançar. (Pinheiro 1883: 196)

Essa preocupação em destacar o despontar de uma literatura autônoma e diferente permeará por completo no discurso crítico do eclesiástico, desde sua exposição da obra lírica de Botelho de Oliveira, como já vimos, até os trabalhos de um Basílio da Gama e Santa Rita Durão.

Se a escolha dos brasileiros da fase colonial de nossa literatura baseia-se inteiramente em critérios de identificação dos traços que denunciam o processo de abnegação dos modelos europeus, a seleção dos românticos brasileiros está ligada à perspectiva de afirmação de autonomia. Todos os escritores românticos selecionados necessariamente apresentam o cunho de originalidade que os diferencia totalmente dos seus “compatriotas” de além-mar. Quando, por exemplo, um Gonçalves de Magalhães passa a pertencer a esse quadro de literatos brasileiros, na verdade, quer dizer que a sua obra apresenta-se completamente original e nacional por meio da tematização dos elementos das plagas brasileiras. Basta verificar com que propriedade proclama a *Confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães, como sendo um dos trabalhos que nos oferece a oportunidade de declarar a existência dessa literatura nacional.

Reflete nestes versos a natureza brazilica, e ninguem ao lel-os poderá duvidar da nacionalidade do poeta. Tudo aqui é nosso; os assumptos, os nomes, as comparações, as imagens, tudo é americano. É com produções desta ordem que incontestavelmente firmaremos a nossa independencia litteraria. (Pinheiro 1883: 575)

O pequeno fôlego do Cônego na apresentação dos nomes canônicos da literatura brasileira, principalmente a mais contemporânea, como se constatou no *Curso*, não se apresenta com a publicação do livro décimo, “Literatura luso-brasileira”, espécie de edição melhorada dessa narrativa, publicada como parte do *Resumo de história literária*, de 1873. Este que traz a sistematização das literaturas tidas como universais. A mudança está na ampliação

do quadro de escritores analisados e na diversificação da abordagem sistemática do fenômeno literário nacional.

Conserva-se, porém, a conceituação de que a literatura do Brasil “é um garfo do tronco português, um ângulo que se afasta do seu vertice, à proporção que se distancia a época do descobrimento e colonização, e pela força das causas que modificação à índole e os costumes dos dois povos co-irmãos” (Pinheiro 1873: 9). Há também a atenção pelo maior destaque das manifestações nacionalistas percebidas na produção dos escritores da fase colonial brasileira.

Conforme assegurou Virgínia Cortes de Lacerda,

verifica-se que houve entre o *Curso Elementar de Literatura Nacional* (1862) e o *Resumo de História Literária* (1873) grande progresso, revelado, sobretudo, numa posição mais autônoma, relativamente à literatura produzida no Brasil, posição que sabemos ser um resultado da própria índole nacionalista do romantismo. (Lacerda 1958: 223-224)

O livro, *Resumo de história literária*, completo em dois volumes, configura-se como uma narrativa histórica da literatura universal, onde se encontra um estudo panorâmico de representação das literaturas:

Hebraica, grega, latina, italiana, franceza, inglesa, alemã e hespanhola; que, mais ou menos, influirão para a formação, ou aperfeiçoamento da nossa. Detivemo-nos mais na portugueza, e passando a luso-brazileira procuramos cuidadosamente seguir-lhe os lineamentos, como que surpreendendo-a nos reconditos arcanos do seu genesis. (Pinheiro 1873: 7)

Diferente do livro anterior, o *Resumo* não apresenta explicitamente a qual disciplina esteve direcionado, embora julguemos que, pelas palavras da “Prefação”, fosse escrito para o uso do curso “Literatura Nacional” do Colégio de Pedro II e, de fato, de cursos posteriores, pelo próprio conteúdo da obra, que reflete de perto as mudanças de caráter universalista do programa curricular das disciplinas literárias do colégio e pela sua adoção oficial na disciplina de “Português e História Literária” da turma do sétimo ano de 1877, provavelmente ocorrida um pouco antes, talvez depois do ano de 1870. Independentemente da não oficialização escolar, o livro conserva os laços didáticos na exposição do evento literário nacional, característica comum nas obras do eclesiástico, com o mesmo sistema de apresentação autor-obra, sob os domínios de exaltação retórica das qualidades de cada um.

No segundo volume do *Resumo*, a literatura nacional é sistematizada, recebendo um capítulo específico sem ser analisada conjuntamente com a literatura portuguesa e sob periodização baseada em denominações diretamente ligadas à evolução político-literária nacional. Essa divisão temporal está ainda calcada dentro dos limites seculares, pois contempla três períodos: a *formação*, compreendendo os séculos XVI e XVII, o *desenvolvimento*, o século XVIII e, por fim, a *reforma*, o século XIX.

Se a sistematização do corpus literário brasileiro mantém ainda o mesmo caráter mecanicista, o terceiro período recebe uma atenção especial no que concerne à extrapolação

desse sistema, uma vez que tal se subdivide em mais três épocas distintas através da égide dos fatos históricos do país. Nesse sentido, a subdivisão configura-se em:

Terceiro Período	Primeira Época	de 1800 a proclamação da república em 1822, marcada pela presença da família real;
	Segunda Época	desde da independência política (1822) ao fim da menoridade (1840);
	Terceira Época	da Maioridade de D. Pedro II (1840) a atualidade do autor; fase de florescimento literário;

A fragilidade da adoção mecanicista de periodização, pela delimitação dos séculos, é reconhecida pelo próprio crítico:

Adoptando a divisão por periodos litterarios nas ordens dos seculos não desconhecemos a incongruencia de semelhante classificação, visto como prolongão-se indeterminadamente no seguinte as ideias dominantes no anterior, não se sabendo ao certo quando acabão as antigas, nem se podendo fixar o ponto de partida das novas ideias. Na deficiencia porém de melhor methodo seguimos o mais geralmente praticado pelos que nos hão precedido na senda, que ora timidamente trilhamos. (Pinheiro 1873: 2.418-419)

Quanto à ilustração dos representantes da literatura brasileira, é evidente um acréscimo significativo de nomes, como, por exemplo, na fase colonial, aparecem os de um Bento Teixeira, Manuel de Moraes, Eusébio de Mattos, Antônio de Sá, junto com os já consolidados Gregório de Mattos, Botelho de Oliveira. Ainda mais expressivo se tem no terceiro período em que o quadro torna-se maior pela preocupação em estudar a jovem literatura brasileira pelos seus vários aspectos, por exemplo, a poesia (lírica, épica, dramática), a prosa, a filologia, o jornalismo (político e literário), a memória, a história, a biografia, etc.

A essa amplitude dos estudos literários deve-se à concepção reformulada do eclesiástico sobre literatura definida como sendo “o conjuncto das produções escriptas d’um paiz e durante uma epocha, ou de todos os paizes e em todas as epochas.” (Pinheiro 1873: 1.9)

E mais adiante complementa:

Ao princípio a palavra litteratura applicava-se também ás sciencias e artes, mais tarde porém reconheceu-se a necessidade de restringir-lhe a significação, limitando-se aos assumptos em que o util podesse se alliar ao agradável. Ora, entre esses assumptos occupa a poesia o primeiro lugar, seguindo-se-lhe a historia, a eloquencia, o romance, e as narrativas de viagem (Pinheiro 1873: 1.9)

A condição de resumo ou, como diria ele, de “rápido bosquejo” acaba modelando o livro em um texto de apenas referência nominal e quantitativa, no sentido de afirmação nacional, reduzindo, e muito, a possibilidade de trabalhar o desenvolvimento a partir da fundamentação e representação do evento literário em si. Tal delimitação advém também da conceituação do Cônego sobre o papel da história literária que, para ele, compreende “a enumeração e rápida analyse das produções litterarias.” (Pinheiro, 1873, t. I: 9) Vale ressaltar que o pequeno espaço de análise das obras brasileiras reserva-se à citação das opiniões de críticos românticos da época, como por exemplo, o discurso de Torres-Homem sobre *Suspiros Poéticos*, de Gonçalves de Magalhães; a crítica de Almeida Garrett acerca o poema *Caramuru*. Das poucas análises, feitas pelo eclesiástico, no referido capítulo, percebe-se que obedecem novamente ao mesmo sistema de avaliação das obras como confirmadoras da nossa emancipação literária, influídas pelo sentimento de nacionalidade.

As obras do Cônego Fernandes Pinheiro, no caso, o *Curso elementar de literatura nacional* e o *Resumo de história literária*, retratam um dos momentos mais importantes da história da crítica literária nacional que, segundo Virgínia Cortes, “só nelas, pela unidade e coerência que apresentam, pelo corpo de teoria e de aplicação que reúnem, se pode realmente avaliar o sentido e significação da historiografia e da crítica literárias românticas no Brasil; o grau e o método do seu ensino entre nós.” (Lacerda, 1958: 224) Realmente, torna-se inevitável ler essas duas histórias literárias e não relacioná-las com a construção do cânone literário nacionalista de nossa história da literatura. Ainda mais quando constatamos que foram os principais manuais oitocentistas formadores de nossos primeiros leitores, antes da representativa história literária de Sílvio Romero em 1888.

De fato, a produção brasileira foi focalizada a partir da perspectiva extremista de historiadores brasileiros envolvidos por uma espécie de instinto de nacionalidade, que demarcará, por conseguinte, um cânone totalmente nacionalista. Esse resultado permeará todas as nossas histórias literárias desde as precursoras até as mais contemporâneas, com apenas algumas modificações na maneira de encarar o fenômeno literário no que refere à ampliação ou à diminuição do núcleo dos escritores e obras canônicos. Mesmo depois da fase pioneira de nossas histórias literárias, com a publicação de obras que começam a questionar o cânone como as de Sílvio Romero ou de José Veríssimo, até as mais recentes, as de Antonio Candido e Afrânio Coutinho, nas quais adotam uma nova perspectiva na abordagem de sistematização da literatura brasileira, todas elas sempre conservam os nomes sob aquela perspectiva de auto-afirmação de nossos precursores da historiografia literária brasileira que o Cônego Fernandes Pinheiro é modelo pioneiro.

#### THE LITERARY HISTORIES BY CLERGYMAN FERNANDES PINHEIRO AND THE BRAZILIAN LITERARY CANON

ABSTRACT: The goal of this essay is to think about the organization of Brazilian literary canon, beginning from the idea that one of the most important factors to meld the writers and their works into the literary system is the literary history. The formation of our literary canon must be connected to the romantic pioneer histories – the work by clergyman Fernandes

Pinheiro could be an example – because they brought the formulation about our literary tradition, building a canon which those literary histories will select later.

KEYWORDS: Literary History; Literary Canon; Clergyman Fernandes Pinheiro.

OBRAS CITADAS:

BARBOSA, João Alexandre. 2003. “A biblioteca imaginária ou O cânone na história da literatura brasileira.” *A biblioteca imaginária*. São Paulo: Ateliê, p. 28.

CANDIDO, Antonio. 1975. “A formação do cânon literário.” *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Martins.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. 1988. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional.” *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.1, p. 5-27.

HOBSBAWM, Eric. 1984. “Introdução: a invenção das tradições.” HOBSBAWN, Eric *et alii*. *A invenção das tradições* (trad. Celina Cardim Cavalcante). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LACERDA, Virgínia Cortes. 1958. “Reivindicações críticas em torno da obra do cônego Fernandes Pinheiro.” *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 240, julho-setembro, 223-224.

MAGALHAES, Gonçalves de. 1865. “Discurso sobre a história da literatura do Brasil.” *Opúsculos históricos e literários*. Rio de Janeiro: Garnier, tomo VIII.

MELO, Carlos Augusto de. 2006. *Cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876): um crítico literário pioneiro do Romantismo no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária). Campinas: IEL/UNICAMP/SP.

MOREIRA, Maria Eunice. 1989. *Nacionalidade e originalidade: a formação da literatura brasileira no pensamento crítico do Romantismo*. 275 f. Tese (Doutorado em Letras.) Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS.

\_\_\_\_\_ e ZILBERMAN, Regina. agosto/1999. “Crítica literária romântica no Brasil: primeiras manifestações.” *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*. V. 5, n. 2. Porto Alegre – RS: EDIPUCRS.

MORETTI, Franco. 2000. “Slaughterhouse of literature.” *Modern Language Quarterly*, p. 207-227.

PINHEIRO, Mario Portugal Fernandes. 1958. *Cônego Fernandes Pinheiro: vida e obra*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional.

PINHEIRO, J. C. Fernandes. 1883. *Curso elementar de literatura nacional*. Rio de Janeiro: Garnier.

\_\_\_\_\_. 1873. *Resumo de historia litteraria*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, t. II.